

Senergisul assina "Manifesto à Sociedade Gaúcha" em apoio à Instalação da CPI dos Incentivos Fiscais.

O Senergisul assinou ontem, 18 de abril, em reunião na AJURIS – Associação dos Juizes do RS, o "**Manifesto à Sociedade Gaúcha**", em apoio à instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito dos Incentivos Fiscais.

Foto: Divulgação/AJURIS

Em 17 de fevereiro de 2017, já havíamos protocolado no gabinete do Deputado Luis Augusto Lara, correspondência em apoio pelo seu engajamento em diversos assuntos de interesse da Categoria, conforme segue: "**Este Sindicato dos Eletricitários do RS-SENERGISUL, vem por meio desta, lhe parabenizar, pela coragem, determinação que o deputado tem demonstrado nas suas entrevistas e pronunciamentos na Assembleia Legislativa, trazendo a público temas como a isenção fiscal, a sonegação e a Lei Kandir. Temos consciência, que são assuntos que mexem com grandes interesses, motivo pelo qual sempre foram mantidos em sigilo e distantes da sociedade. Aproveitamos para lhe agradecer, o empenho que tens demonstrado na defesa das empresas públicas, em especial a CEEE, que não são propriedades de governo, mas sim patrimônio do povo gaúcho. Nos colocamos a sua disposição, para o que for preciso, para garantir a implantação da CPI, e em todas as ações que se fizerem necessárias para recuperação das finanças do estado, pois temos certeza que não passa pela venda de empresas, tão pouco pelo desemprego de milhares de pessoas a solução da dívida.**"



CONHEÇA O TEXTO DO "MANIFESTO À SOCIEDADE GAÚCHA"

"A administração estadual vem precarizando os serviços públicos e agredindo os direitos dos funcionários públicos sob o argumento recorrente de que necessita reduzir despesas para alcançar o equilíbrio fiscal.

Na busca pelo equilíbrio, o Governo Estadual tem se negado a reconhecer que a crise é de receita. E que ações dinâmicas, como o rigor e a transparência na concessão dos benefícios fiscais e a fiscalização do cumprimento das contrapartidas pactuadas, o combate à sonegação e uma efetiva modernização do sistema de cobrança da dívida ativa poderiam ter levado a uma situação menos "aguda".

As entidades têm buscado, de todas as formas, esclarecer a sociedade sobre a necessidade de que a transparência seja incluída também no processo arrecadatório, permitindo o amplo conhecimento das condições que envolvem a concessão das renúncias outorgadas, que representam cerca de R\$ 9 bilhões ao ano.

A sonegação das informações fere o direito do cidadão. Por isso, a publicidade dos dados foi objeto de ações judiciais, que enfrentaram forte resistência do Executivo Estadual.

Pelo exercício desse direito, de conhecer os trâmites legais que permeiam as concessões, especialmente de incentivos fiscais, as entidades signatárias decidem apoiar a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para averiguar as vantagens efetivas no manejo da política fiscal e reponha a legalidade e a transparência nessa prática administrativa."

Entidades que assinaram o manifesto: **SENERGISUL - AJURIS - AMP/RS - AOFERGS - ASTC - AESPOM/RS - CEAPE/RS - CPERS - CTB - FEBRAFISCO - FESSERGS - AFOCFE - SENGE/RS - SINDICIRGS - SINDICONTA - SINTERGS - UNIÃO GAÚCHA - SINDISPGE - SINAPERS - APERGS - APROJUS - FASP/RS - ASJ/RS.**

NOSSA FORÇA É A NOSSA UNIÃO!

ANA MARIA SPADARI,
no exercício da Presidência.